

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 2 DE JANEIRO DE 1973 - MAN

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	MDB
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quíelise Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agilides de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 203.ª Sessão Ordinária
Realizada em 2 de Janeiro de 1973 - (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Borsari Neto.

As 14,30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quilese Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosari Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Lomont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

MENSAGENS:

Sob o n.º 73-72, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, visando a implantação do sistema estadual de planejamento, orçamentação e modernização administrativa.

Sob o n.º 74-72, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, com a intervenção do Instituto de Planejamento Econômico e Social e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S. A., com vistas à realização de estudos para desenvolvimento das agro-industriais paranaenses.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Serhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, e após ouvido o Plenário, Requer a consagração na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Prefeito eleito de Santa Amélia, Sr. Carlirio dos Santos.

O extinto que também era vereador, foi bárbara e traiçoeiramente assassinado na noite de 31 de dezembro último, cobrindo de luto, dor e tristeza toda a família daquela importante cidade paranaense.

Requer ainda que esta decisão seja dada ciência a excelentíssima família enlutada e à egrégia Câmara de Vereadores de Santa Amélia.

Sala das Sessões, em 2 de janeiro de 1973.

(a) **Rosário Pitelli**

Requerimento

Serhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, Requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido Voto de pesar, na Ata dos trabalhos, pelo falecimento do Sr. Carlirio Gomes dos Santos, Prefeito Eleito no Município de Santa Amélia.

Requer ainda, seja dado conhecimento da decisão desta Casa, à família enlutada, à Câmara de Vereadores e ao Vice-Prefeito eleito e seu comheiro de chapa.

Sala das Sessões, em 2 de janeiro de 1973.

Gabriel Manoel

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1) — **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 38-72, ex-Proposição n.º 199-72 — aprova os termos do convênio celebrado em 26-9-72, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos Trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

2) — **2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 62-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17-72, solicitando autorização para doar à União Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlirio Gomes dos Santos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlirio dos Santos. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quarta-feira, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 62-72.

1.ª **DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 1-73.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS

PORTARIA N.º 310-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.190 de 22 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Edgard Santos Buquera, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 10 de novembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de novembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 311-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.501, de 28 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Clarice Sztakowski, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1972, a partir de 29 de novembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 312-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.401, de 27 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

I — Revogar a Portaria n.º 420-71, de 14 de julho de 1971;

II — Lotar Joaquim Sabino de Souza, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da 1.ª Vice-Presidência.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 313-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.634, de 1.º de dezembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

Lotar Elzir Lacerda, ora à disposição deste Poder, no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado João Calil Fadel.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 314-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.163, de 21 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar para prestar serviços de natureza Técnico Científico, na Comissão de Saúde Pública, as funcionárias Nilce Figueiredo, Myrian Teixeira, Ocirema Bellé, Mariú Becker e Lady Cunha, a partir de 22 de novembro de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 315-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.530 de 29 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

Lotar Gaudência Gil Teixeira funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 316-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.577, de 30 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

Revogar a Portaria n.º 425-71, de 16 de julho de 1972, que designou Acir Villore para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Lazaro Dumont.

Gabinete do Diretor Geral, em 11 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

PORTARIA N.º 317-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9558, de 30 de novembro de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder licença ao funcionário Nilton Busato, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens, para frequentar Curso de Verão, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, no período de 08 de janeiro de 1973 a 17 de fevereiro do mesmo ano.

Gabinete do Diretor Geral, em 11 de dezembro de 1972.

(a) **Fausto Luiz Abry**
Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA
Ata da 17.a Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de novembro, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Emílio Carazzzi, Muggiati Filho, Santos Lima, Jorge Sato e Erondy Silvério. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Foi aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — **PROJETO DE LEI N.º 155-72**, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Da nova redação ao parágrafo 1.º, do artigo 1.º, da Lei n.º 6.296, de 7.7.72. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável com Substitutivo. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 177-72**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo conceder título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército de Foz do Iguaçu. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — **PROJETO DE LEI N.º 188-72**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo criar nas diversas carreiras do Quadro de Pessoal do Estado, tantos cargos quantos sejam os contratados que desempenham as funções inerentes a esses cargos e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Deferido pedido de vistas do Senhor Deputado Erondy Silvério. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 189-72**, de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzzi. Autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei 5.204, de 10.12.65, à sua filha Jacy Bacellar Giamberardino. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 195-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 52-72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos, do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre operações relativas à circulação de Mercadorias. Relator Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 197-72**, de autoria do Senhor Deputado Quilésio Cristóvão da Silva. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao General Luiz Carlos Tourinho. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 198-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 58-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo, para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a Copel assumirá, em empréstimo de Cr\$ 13.000.000,00. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 199-72**, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Denomina Ernesto Milani, a unidade escolar do Distrito de Borçã do Campo, Município de Quatro Barras. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 201-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 56-72, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 5.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei: n.º 6.253, de 3.12.71, para despesas com contribuições de Previdência Social. Relator Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 202-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 59-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar o Fundo Especial de Reequipamento Médico-Sanitário — Furesan, e altera a tabela integrante da Lei n.º 5.511, de 10.2.67, que dispõe sobre a Taxa de Saúde. Relator Deputado Cândido Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 203-72**, de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato. Acresce de mais quatro (4), passando de dezessete (17) para vinte e um (21), o número de Vereadores junto à Câmara Municipal de Maringá. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 273-67**, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cruz. Transfere ao DER, para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy à Maringá, Paraná do Norte, Florai, Mandaguaiçu, São Jorge e Novo Ilac. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 192-66**, de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas. Autoriza o Poder Executivo doar à Sociedade do Apostolado Católico de Mandaguaiçu, quatro (4) alqueires paulistas de terras, no lote n.º 32, Gleba Patrimônio Mandaguaiçu, pertencentes ao Estado. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 268-66**, de autoria do Senhor Deputado Olívio Belich. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), à menor Alba Cardoso Ramos, órfão de pai e mãe. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável com emenda. Aprovado. 15) — **PROJETO DE LEI N.º 550-66**, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. Concede pensão mensal de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros), à Madalena Carneiro. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com emenda. Aprovado. 16) — **PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 34-72**, de autoria da Comissão Executiva. Eleva para dois salários mínimos regionais da Capital, a gratificação a que se refere o artigo 13, da Resolução n.º 2-64, de 20 de fevereiro de 1964. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 17) — **PROPOSIÇÃO N.º 198-72**, do Poder Executivo, Mensagem n.º 50-72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 12.6.72, entre os Governadores dos Estados Membros da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaçu, objetivando a extinção da referida Comissão. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 18) — **PROPOSIÇÃO N.º 199-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 53-72, encaminhando cópia autêntica do Convênio celebrado em 26.9.72, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, referente aos trabalhos de promoção, assistência e fiscalização do cooperativismo. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 19) — **PROPOSIÇÃO N.º 77-71**, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35-71, encaminhando cópia do convênio de ajuda financeira celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e a Prefeitura Municipal de Carópolis. Relator Deputado Emílio Carazzzi. Parecer favorável com respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 20) — **PROPOSIÇÃO N.º 198-68**, de autoria do Senhor Deputado Roberto Galvani. Requerimento encaminhando abaixo assinado de moradores do Distrito de Jesúita, Município de Formosa do Oeste, no qual solicita desmembramento e criação do Município no referido Distrito. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: contrário. Aprovado. Nada mais haven-

do a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada na próxima reunião, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(ua) Deputado Armando Queiroz — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 2.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 36.a Reunião Ordinária

Período de Convocação Extraordinária — de 27-12-72 a 10-01-73

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Alvaro Dias apresentou redação final ao seguinte projeto, **PROJETO DE LEI N.º 195-72** — autor Poder Executivo Mensagem n.º 52-72, encaminhando anteprojeto de lei e exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, objetivando reformular a Lei do Imposto sobre as operações relativas à Circulação de Mercadorias. **APROVADA**. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) Cândido Manoel Martins de Oliveira — Presidente
Lélcio Guimarães Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 195-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º — Esta lei institui, na forma do inciso II do art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil, o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias — (ICM).

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR

Art. 2.º — O ICM tem como fato gerador:

I — a saída de mercadoria de estabelecimento comercial, industrial ou produtor;

II — a entrada, em estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pelo titular do estabelecimento, de mercadorias;

a) — importadas do exterior;

b) — importadas e apreendidas, arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo poder público;

III — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

§ 1.º — Equipara-se à saída:

1. a transmissão da propriedade sobre mercadoria quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente;

2. o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços, especificado como sujeito ao tributo estadual na lista de serviços para os efeitos do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza;

3. o fornecimento de mercadoria envolvendo prestação de serviços não especificada na lista a que se refere o item anterior.

§ 2.º — Quando a mercadoria for remetida para armazém-geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, a saída considera-se ocorrida no lugar do estabelecimento remetente:

1. no momento da saída da mercadoria do armazém-geral ou do depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento origem;

2. no momento da transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada em armazém-geral ou depósito fechado.

§ 3.º — A natureza jurídica da operação tributável é irrelevante na caracterização do fato gerador.

§ 4.º — A empresa prestadora de serviço, inscrita como contribuinte do ICM, é abrangida pela norma do inciso II deste artigo.

CAPÍTULO II

DA BASE DE CÁLCULO

Art. 3.º — A base de cálculo do ICM é:

I — o valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria;

II — na falta do valor a que se refere o inciso anterior, o preço corrente da mercadoria, ou sua similar, no mercado atacadista da praça do remetente;

III — na falta do valor e na impossibilidade de se determinar o preço aludido no inciso anterior:

a) — se o remetente for industrial, o preço FOB estabelecimento industrial, à vista;

b) — se o remetente for comerciante o preço FOB estabelecimento comercial, à vista, em vendas a outros comerciantes ou industriais;

IV — no caso de entrada de mercadoria importada em estabelecimento de contribuinte importador, a base de cálculos é o valor constante dos documentos de importação, convertido em cruzeiros à taxa cambial efetivamente aplicada em cada caso, acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas, assim entendidas aquelas verificadas até o desembarço na repartição alfandegária;

V — na saída de mercadoria para o exterior, o valor líquido faturado, a ele não se adicionando frete auferido por terceiro, seguro ou despesas decorrentes do serviço de embarque por via aérea ou marítima;

VI — na saída de mercadoria decorrente de venda aos encarregados da execução da política de preços mínimos, — o preço mínimo fixado pela autoridade federal competente;

VII — na hipótese de fornecimento de mercadoria, com prestação de serviço não discriminado na lista de serviço, — o valor da mercadoria somado ao preço do serviço prestado;

VIII — na hipótese de regime especial para circulação de produtos agropecuários ou extrativo-vegetais, — os valores que forem apurados e indicados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — na saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos de pessoas não qualificadas como contribuinte, para comercialização e cuja entrada tenha sido regularmente registrada, 10% (dez por cento) do valor da operação de que decorrer a saída;

X — na saída dos bens referidos no inciso anterior que tenham sido recebidos com crédito do imposto calculado sobre 10% (dez por cento) do valor da operação, — a mesma base de cálculo referida no inciso anterior;

XI — na saída de bens de capital de origem estrangeira promovida pelo estabelecimento que, com a isenção prevista no inciso XVI do art. 45, houver realizado a importação, — a diferença entre o valor da operação de que decorrer a saída e o custo da aquisição do referido bem, observado o disposto no § 9.º deste artigo;

XII — no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares, — o preço do fornecimento, incluída a parcela da gorjeta debitada na Nota Fiscal;

XIII — na entrada de estabelecimento comercial, industrial ou produtor, decorrente de operação realizada pela titular do estabelecimento, de mercadorias arrematadas em leilão ou adquiridas em concorrência promovida pelo poder público, — o preço total da arrematação;

XIV — na saída de mercadoria de estabelecimento industrial, em retorno ao estabelecimento que a tenha remetido para industrialização, o valor agregado pelo estabelecimento que efetuar a industrialização.

§ 1.º — Na saída de mercadoria para estabelecimento em outra unidade federada, pertencente ao mesmo titular ou seu representante, quando as mercadorias não devam sofrer, no estabelecimento de destino, alteração de qualquer espécie, salvo reacondicionamento, e quando a remessa for feita por preço a não contribuinte, uniforme em todo o País, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) deste preço.

§ 2.º — Na hipótese da letra "b" do inciso III deste artigo, se o estabelecimento comercial remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou a industriais, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda no estabelecimento remetente, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3.º — Para a aplicação do inciso III deste artigo, adotar-se-á a média ponderada dos preços efetivamente cobrados pelo estabelecimento remetente no segundo mês anterior ao da remessa.

§ 4.º — Nas operações interestaduais, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, quando houver reajuste do valor da operação depois da remessa, a diferença ficará sujeita ao ICM no estabelecimento de origem.

§ 5.º — Na base de cálculo serão incluídas as despesas acessórias debitadas pelo sujeito passivo ao comprador ou destinatário, excluindo-se, porém, os descontos ou abatimentos no preço, registrados na Nota Fiscal e concedidos independentemente de qualquer condição, como tal entendida a que estiver subordinada a eventos futuros e incertos (art. 114 do Código Civil).

§ 6.º — O montante do ICM é parte integrante da base de cálculos do tributo, constituindo o seu respectivo destaque, nos documentos fiscais mera indicação para fins de controle.

§ 7.º — O montante do imposto sobre produtos industrializados não integra a base de cálculo do ICM:

1 — quando a operação constitua fato gerador de ambos os tributos;

2 — em relação às mercadorias sujeitas ao imposto sobre produtos industrializados com base de cálculo relacionada com o preço máximo de venda no varejo, marcado pelo fabricante.

§ 8.º — Na saída de peça, parte, sobressalente e acessório, aplicado no bem usado, não se aplicam as normas dos incisos IX e X, deste artigo.

§ 9.º — Para os efeitos do inciso XI deste artigo, consideram-se bens de capital as máquinas e aparelhos, bem como as suas peças, acessórios e sobressalentes, classificados nos capítulos 84 (oitenta e quatro) a 90 (noventa) da Tabela anexa ao Regulamento do IPI, quando, por sua natureza, se destinarem a emprego direto na produção agrícola ou industrial e na prestação de serviços (parágrafo único do art. 3.º da Lei Complementar n. 4, de 2 de dezembro de 1969).

§ 10 — Aplica-se o disposto no inciso V deste artigo às saídas de mercadorias de estabelecimento comercial ou produtor, ou de seus depósitos para os estabelecimentos a que se referem os itens 1 e 2 § 1.º do artigo 45.

Art. 4.º — Quando o comerciante atacadista ou industrial for responsável pelo tributo devido pelo varejista paranaense, a base de cálculo do ICM é:

I — o preço de venda a varejo, excluído o imposto sobre produtos industrializados, no caso de mercadorias cuja base de cálculos do tributo da competência da União esteja relacionada com o preço máximo de venda no varejo, marcado pelo fabricante;

II — o preço de venda a varejo, no caso de mercadoria que tenha preço de venda fixado por deliberação do fabricante ou em razão de medida de controle econômico ou social;

III — nos demais casos, — o valor ou preço da mercadoria cobrado pelo industrial ou comerciante atacadista, acrescido de relação percentual representativa do valor adicionado, a ser apurada e indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda, computando-se a parcela do imposto sobre produtos industrializados.

Parágrafo único. Quando se tratar de operações indicadas neste artigo, realizadas no âmbito interestadual, as bases de cálculo do ICM serão estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda de conformidade com o que dispuser normas estabelecidas em decorrência de ratificação de Convênio ou Protocolo de Estados.

Art. 5.º — A base de cálculo do ICM poderá ser fixada pela Secretaria da Fazenda mediante estimativa nos seguintes casos:

I — em ação fiscal;

a) — quando ocorrer a exibição, a servidor da Secretaria da Fazenda, dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

b) — quando ocorrer fundamentada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor da operação;

c) — quando ocorrer transporte ou armazenagem de mercadorias sem os documentos fiscais exigíveis;

II — em lançamento de ofício, abrangendo:

a) — estabelecimentos varejistas;

b) — vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo único. Na hipótese da alínea "a" do inciso II deste artigo garantir-se-á, alternativamente:

1 — o aproveitamento integral ou parcelado do crédito concernente às entradas de mercadorias;

2 — o reajuste ou restituição do ICM sob a forma de compensação no período seguinte.

Art. 6.º — Compete a Secretaria da Fazenda manter atualizada, para efeito de observância pelo contribuinte como base de cálculo, na falta de valor da operação de que decorrer a saída de mercadoria, tabela dos preços correntes no mercado atacadista das diversas regiões fiscais.

Art. 7.º — A Secretaria da Fazenda, conforme normas estabelecidas em Convênio ou Protocolo de Estados, devidamente ratificado, poderá estabelecer regime especial de redução na base de cálculo ou valores específicos para cada produto.

CAPÍTULO III DA ALIQUOTA

Art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

I — nas operações internas, 15,5% (quinze e meio por cento) em 1.973 e 15% (quinze por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1.974;

II — nas operações interestaduais e nas de exportação, 13,5% (treze e meio por cento) em 1973 e 13% (treze por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1974;

Parágrafo único. Consideram-se operações internas:

1 — aquelas em que o remetente e o destinatário da mercadoria estejam situados no território paranaense;

2 — aquelas em que o destinatário, embora situado em outro Estado, não seja contribuinte do ICM ou, sendo contribuinte, tenha adquirido a mercadoria para uso e consumo próprios;

3 — as de entrada, em estabelecimento de contribuinte, de mercadoria importada do exterior pelo titular desse estabelecimento.

Art. 9.º — Do produto da arrecadação, realizada de acordo com as alíquotas previstas no artigo anterior, 20% (vinte por cento) constituem receita dos Municípios.

Parágrafo único. Os prazos e a forma de depósito e escrituração, os critérios de cálculo dos índices de distribuição da quota municipal do ICM serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observadas as normas, específicas constantes da legislação federal relativa à matéria.

Art. 10.º — Nas saídas de mercadorias, promovidas por contribuinte inscrito, a serem vendidas sem destinatário certo, por meio de veículos de qualquer espécie, no território paranaense ou no de outro Estado, o ICM será calculado e destacado na Nota Fiscal, aplicando-se a alíquota relativa às operações internas sobre o valor total dessas mercadorias.

§ 1.º — Na Instrução que for expedida pela Secretaria da Fazenda, regulamentando a escrituração e o pagamento do ICM, em relação ao comércio ambulante em conexão com estabelecimento fixo, garantir-se-á, em relação às mercadorias negociadas em outra unidade Federada:

1 — o crédito correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento ao Estado destinatário seja devidamente comprovado;

2 — o crédito do ICM, destacado no documento fiscal de remessa e calculado mediante aplicação da alíquota relativa às operações internas, deduzidas a parcela do tributo correspondente às mercadorias entregues no Estado destinatário e que não retornaram ao estabelecimento que as tenha remetido.

§ 2.º — Nas entregas a serem realizadas em território paranaense, de mercadorias trazidas sem destinatário certo, para comércio ambulante, por contribuinte de outra unidade da Federação, o ICM é calculado à alíquota relativa às operações internas, sobre o valor das mercadorias transportadas e antecipadamente recolhido na repartição da Secretaria da Fazenda do Paraná existente no primeiro Município paranaense por onde passar, admitida a dedução do tributo pago no Estado de origem até a importância resultante da aplicação da Alíquota correspondente às operações interestaduais sobre o valor das mercadorias, indicado nos documentos fiscais.

§ 3.º — Em relação às mercadorias indicadas no parágrafo anterior, que retornarem ao Estado de origem, garantir-se-á na forma a ser explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda, o reembolso da importância relativa à diferença de alíquota.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO PASSIVO SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 11 — São contribuintes do ICM o comerciante, o industrial e o produtor que promovam, em relação às mercadorias, quaisquer das seguintes operações:

I — saída;

II — importação do exterior

III — arrematação em leilão ou aquisição, em concorrência realizada pelo Poder Público, de bens importados a apreendidos;

IV — o fornecimento de alimentação, bebidas e de outras mercadorias em restaurantes, bares, cafés e estabelecimentos similares.

Parágrafo único. Consideram-se, também, contribuintes:

1 — as sociedades civis de fins econômicos, inclusive cooperativas que pratiquem, com habitualidade, operações relativas à circulação de mercadoria;

2 — as sociedades civis de fins não econômicos que explorem estabelecimentos industriais ou que pratiquem, com habitualidade, venda de mercadorias que para esse fim adquirirem;

3 — os órgãos de administração pública direta, as autarquias e empresas públicas federais, estaduais ou municipais, que venham, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional, ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem;

4 — as empresas prestadoras de serviço;

a) — cujo fornecimento de mercadorias é onerado pelo ICM, conforme determinação expressa constante da Lista de Serviços, fixada na legislação nacional;

b) — fornecedoras de mercadorias juntamente com prestação de serviços não incluídos na Lista referida na alínea anterior.

Art. 12 — Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento de comerciante, industrial ou produtor, com relação a cada fato gerador que decorra de ato que praticar.

§ 1.º — É considerado estabelecimento e local onde o contribuinte exerce a sua atividade geradora da obrigação tributária principal, em caráter permanente ou temporário, bem como o depósito fechado onde se encontram armazenadas as suas mercadorias.

§ 2.º — Por depósito fechado do contribuinte entende-se o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias e no qual não se realizam vendas.

§ 3.º — É também considerado estabelecimento o veículo, de qualquer espécie, utilizado nas operações realizadas por vendedor ambulante.

§ 4.º — Quando o comércio ambulante for exercido em conexão com o estabelecimento fixo, existente no Estado, sob sua dependência, o veículo transportador é considerado prolongamento desse estabelecimento.

SEÇÃO II DO RESPONSÁVEL

Art. 13 — São responsáveis pelo pagamento do ICM devido:

I — o transportador:

a) — em relação à mercadoria que despachar ou transportar desacompanhada da documentação fiscal exigível ou com documentação inidônea;

b) — em relação à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo em território paranaense;

c) — em relação à mercadoria transportada que for negociada com interrupção de trânsito em território paranaense;

II — o armazem geral é o depositário a qualquer título:

a) — na saída de mercadoria depositada, no Paraná, por contribuinte de outra unidade da federação;

b) — na transmissão de propriedade sobre mercadoria, equiparada a saída, depositada no Paraná por contribuinte de outra unidade federada;

c) — quando mantiver armazenada mercadoria que receber para depósito ou, ainda, quando autorizar a sua saída física ou ficta, esta decorrente apenas de transmissão de propriedade, sem documentação idônea;

III — o contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense quando este não estiver inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado e desde que o remetente e o destinatário estejam situados na mesma região fiscal;

VI — o comerciante atacadista, o industrial ou produtor, inscrito como contribuinte, na forma a ser regulamentada em Instrução da Secretaria da Fazenda, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado, de café torrado e/ou moído, leite, pães, bolachas, bebidas alcoólicas, refrigerantes, cimento, produtos alimentícios, produtos de confeitaria, farinha de trigo, cigarros, charutos, cigarrilhas, fumo para cachimbo, fumo desfiado e encarteirado fumo tipo crespão, papel para cigarros e carne verde;

V — o contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VI — o contribuinte que promover saída isenta, ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão, em relação ao ICM suspenso ou diferido concernente à aquisição ou recebimento, sem direito a crédito.

VII — qualquer pessoa em relação à mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidôneo;

VIII — o leiloeiro, síndico, comissário, e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

IX — os contribuintes arrolados no § 1.º do art. 6.º do Decreto-Lei n. 406 de 31 de dezembro de 1.968, ou seus agentes financeiros, em relação à aquisição de mercadorias, quando essa responsabilidade for estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda e em termo de acordo.

Parágrafo único. O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, entendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do artigo 134 do Código Tributário Nacional.

SEÇÃO III DO CADASTRO

Art. 14 — São solidariamente responsáveis pelo imposto devido, pelo contribuinte ou responsável:

I — os despachantes que tenham promovido o despacho:

a) — relativo à saída de mercadoria, sem a documentação fiscal exigível;

b) — relativo à entrada de mercadoria estrangeira, saída da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

II — os entrepostos aduaneiros ou industriais que promovam, sem a documentação fiscal exigível:

a) — saída de mercadoria para o exterior;

b) — saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;

c) — reintrodução de mercadoria.

CAPÍTULO V DO CADASTRO

Art. 15 — A Secretaria da Fazenda manterá um cadastro atualizado das pessoas físicas e jurídicas vinculadas obrigatoriamente ao ICM, objetivando:

I — a identificação fiscal do sujeito passivo da obrigação tributária principal, ou dos intermediários de negócio;

II — instituir um sistema de processamento de dados, juntamente com as guias de recolhimento e de apuração do ICM e outros documentos fiscais, que propicie orientação no setor de fiscalização tributária;

III — registro, análise e acompanhamento da receita derivada, de manei-

ra a oferecer maior segurança e a permitir a previsão da arrecadação e formulação da política tributária.

Art. 16. Compete à Secretaria da Fazenda expedir Instrução estabelecendo as normas para inscrição, alteração e exclusão no cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos.

§ 1.º — A inscrição deve ser solicitada antes do início das operações concernentes à circulação de mercadorias em relação a cada estabelecimento, na repartição fazendária estadual do domicílio tributário do requerente, assim entendida a da localidade onde estiver situado o estabelecimento no qual se promovem operações tributáveis.

§ 2.º — Quando o estabelecimento for imóvel rural, situado em território de mais de um município paranaense, o contribuinte deverá solicitar a inscrição na repartição fazendária estadual mais próxima da sede desse estabelecimento.

§ 3.º — A Secretaria da Fazenda poderá, mediante Instrução, estabelecer os casos e condições:

1 — de dispensa de inscrição;

2 — de inscrição provisória;

3 — de inscrição obrigatória.

§ 4.º — As alterações tais como fusão, incorporação, aquisição, transferência, de denominação social ou ramo de atividade, devem ser comunicadas à repartição fazendária, no prazo de até 10 (dez) dias da ocorrência.

§ 5.º — O contribuinte que cessar definitivamente a sua atividade deve requerer junto a Secretaria da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência, a sua exclusão do Cadastro do ICM, entregando, à repartição fazendária, para inutilização, os blocos de notas fiscais não utilizadas bem como, para fins de levantamento fiscal, os livros fiscais e blocos de notas fiscais utilizados.

§ 6.º — a paralisação temporária das atividades deve ser comunicada por escrito pelo contribuinte, à repartição fazendária do seu domicílio tributário, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da referida paralisação depositando, na ocasião, os blocos de notas fiscais não utilizados, para custódia até o reinício das atividades.

Art. 17. Em relação a cada inclusão de contribuinte no Cadastro do ICM a Secretaria da Fazenda fornecerá um documento fiscal de identidade, numerado segundo critérios técnicos convenientes.

§ 1.º — o número de inscrição deve ser impresso em todos os documentos fiscais que o sujeito passivo emitir.

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda poderá adotar, mediante Instrução, o uso de carimbo padronizado, onde constem as identificações fiscais estadual e federal.

Art. 18. O Cadastro do ICM deverá indicar, em relação a cada unidade econômica inscrita, no mínimo, os seguintes elementos básicos:

I — número de inscrição estadual;

II — número de inscrição no cadastro geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda (CGC);

III — firma ou denominação social;

IV — endereço, composto pelo menos de:

1 — rua e número;

2 — distrito ou subdistrito;

3 — município;

V — Código de Atividade Econômica, a ser explicitado através de Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convênio celebrado entre a União, os Estados e o Distrito Federal.

CAPÍTULO VI DA ÉPOCA DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

SEÇÃO I DOS PRAZOS

Art. 19. Devem ser observadas as seguintes épocas para pagamento do ICM:

I — pelos estabelecimentos varejistas sujeitos ao sistema de lançamento de ofício, por estimativa, e pelos estabelecimentos comerciais e de produtores inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, sujeitos ao sistema de autolancamento, — os prazos escalonados de conformidade com critérios técnicos fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

II — pelos estabelecimentos fabricantes, contribuintes do imposto sobre produtos industrializados, — a partir de 30 (trinta) dias após o período considerado, nos prazos e condições previstos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — pelos estabelecimentos importadores de mercadorias estrangeiras; 1 — até o quinto dia útil imediato ao da entrada dos produtos no estabelecimento importador;

2 — quando ocorrer a transmissão da propriedade sobre a mercadoria importada, sem que esta tenha transitado pelo estabelecimento do importador. — os prazos facultados no inciso I deste artigo, para o regime de autolancamento, em relação ao período considerado;

IV — pelos estabelecimentos na condição de responsáveis, nos prazos especiais estabelecidos em Instrução da Secretaria da Fazenda;

V — na saída de mercadorias, promovida por vendedor ambulante, sem conexão com estabelecimento fixo, ou por pessoa ou entidade que atue temporariamente no comércio, — antes do início da atividade tributável;

VI — na saída tributável em que não ocorra substituição tributária, promovida por produtor não inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, no momento da expedição da mercadoria;

VII — na entrega de mercadorias trazidas de outros Estados, sem destino certo nesta unidade federada, — antecipadamente, na primeira repartição da Secretaria da Fazenda por onde passar, observado o disposto no § 2.º do artigo 10;

VIII — no caso de reintrodução de mercadoria no mercado interno, promovida por estabelecimento de empresa exclusivamente exportadora, armazenado alfandegado ou entreposto aduaneiro, nos prazos e condições fixados em Instrução da Secretaria da Fazenda;

IX — quando houver reajuste do valor da operação, depois da remessa inter-estadual de mercadoria, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, em relação a diferença devida ao Paraná, — os prazos facultados nos incisos I e II deste artigo;

X — quando houver crédito tributário ao final do período correspondente ao lançamento de ofício — até 15 (quinze) dias contados do encerramento do período lançado por estimativa.

§ 1.º — Nos casos indicados no inciso I deste artigo, os dias fixados em Instrução referem-se ao mês seguinte ao período compreendido, assim entendido o mês anterior.

§ 2.º — A regra do inciso II deste artigo não abrange os contribuintes equiparados a estabelecimento industrial na forma da legislação tributária federal, os quais, juntamente com os demais estabelecimentos industriais ou fábricas que não atendam as condições, deverão observar os prazos facultados no inciso I deste artigo.

§ 3.º — A regra do inciso II não abrange, igualmente, os pagamentos de ICM:

- 1 — na condição de responsável;
- 2 — em decorrência de entrada de mercadoria importada pelo titular do estabelecimento, nos casos do item 1 do inciso III deste artigo.

§ 4.º — Quando o pagamento for efetivado através da rede bancária, considerar-se-á data de recolhimento, na observância dos prazos facultados nesta lei, a do depósito do ICM no Banco, a favor do sujeito ativo da obrigação tributária.

§ 5.º — No caso indicado no inciso VIII deste artigo, a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará devido o ICM que deixou de ser recolhido na saída aos destinatários ali referidos.

§ 6.º — Os estornos de créditos devem ser procedidos no período considerado em que se tornarem exigíveis de acordo com esta lei.

Art. 20. A Secretaria da Fazenda poderá estabelecer regimes especiais para tratamento diferenciado em relação às épocas de pagamento de ICM, estabelecendo, através de Instrução, diferimento, suspensão ou dilação de prazo.

§ 1.º — Nas hipóteses de diferimento ou de suspensão os documentos fiscais não conterão destaque do ICM e as operações serão lançadas nos livros fiscais, sem débito e crédito do imposto.

§ 2.º — Compete à Secretaria da Fazenda eleger, através de Instrução, a época do pagamento do ICM, nos casos de cobrança única do tributo estadual, numa das etapas da circulação de mercadorias.

Art. 21. Quando ocorrer infração, as importâncias cabíveis e relativas aos acréscimos, penalidades pecuniárias, juros e correção monetária, serão pagas quando se efetivar o ingresso do tributo que deixou de ser pago.

SEÇÃO II DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS

Art. 22. A Secretaria da Fazenda regulamentará, através de Instrução, a atualização, segundo os coeficientes de correção monetária fixados pelo órgão competente da União, do crédito tributário relativo ao ICM.

§ 1.º — Para efeito de cálculo de correção monetária será aplicado, sobre a importância a corrigir, o coeficiente relativo ao trimestre civil correspondente ao termo inicial da correção.

§ 2.º — Para os efeitos do parágrafo anterior, constitui termo inicial da correção monetária o trimestre civil seguinte ao em que expirou o prazo normal estabelecido para o pagamento do ICM.

§ 3.º — Em relação ao saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, considera-se termo inicial, para os efeitos do § 1.º, o trimestre civil seguinte ao que foi inscrito o crédito tributário em dívida ativa do Estado.

§ 4.º — Incumbirá ao órgão da Secretaria da Fazenda, a que couber o preparo do documento fiscal de recolhimento, a aplicação da correção monetária.

§ 5.º — Passa a vencer correção monetária do ICM, já corrigido, a partir da data da rescisão do termo de acordo para pagamento parcelado do crédito tributário.

§ 6.º — Não se aplica a atualização monetária do ICM objeto de denúncia espontânea ou relativo a saldo devedor declarado em guia de informação e apuração, ainda não inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 7.º — Na impossibilidade de se aplicar o coeficiente referido no § 1.º deste artigo, será adotado o coeficiente médio do período em que se tornou exigível o crédito tributário.

SEÇÃO III DOS JUROS DE MORA

Art. 23. O crédito tributário será acrescido do juro de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, não capitalizável.

§ 1.º — Entende-se, para os efeitos deste artigo, crédito tributário:

- 1 — o ICM;
- 2 — as penalidades pecuniárias.

§ 2.º — Os juros previstos neste artigo serão contados:

- 1 — do mês seguinte ao em que o contribuinte ou responsável cientificar-se da decisão definitiva que reconhecer legítimo o crédito tributário até a data do pagamento ou da celebração do termo de acordo de parcelamento;
- 2 — a partir da data da celebração do termo de acordo de parcelamento do ICM;
- 3 — no caso de saldo devedor declarado em guia de informação e apuração do ICM, a partir do segundo mês seguinte ao em que o correspondente crédito tributário for inscrito em dívida ativa do Estado.

§ 3.º — Considera-se definitiva a decisão em processo fiscal que se tornar administrativamente irrecurável.

SEÇÃO IV DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 24. Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária competente para sanar irregularidades, terão excluída a responsabilidade por infração.

§ 1.º — Ocorre a denúncia espontânea quando, inexistindo, ainda, a peça básica do processo administrativo-fiscal, não tenha sido iniciado, formalmente, em relação à infração, qualquer levantamento fiscal, ou outra medida de fiscalização.

§ 2.º — Quando a irregularidade relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao ICM, a exclusão da responsabilidade por infração, prevista neste artigo, só ocorrerá se o contribuinte efetivar, através de guia visada pela repartição fiscal do seu domicílio tributário, na data da denúncia espontânea, o recolhimento do tributo devido, e do acréscimo do imposto, correspondente a mora de:

- 1 — 5% (cinco por cento), até 30 (trinta) dias da data da expiração do prazo normal para pagamento;
- 2 — 10% (dez por cento), de 31 (trinta e um) até 60 (sessenta) dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;
- 3 — 20% (vinte por cento), de 61 (sessenta e um) até 90 (noventa) dias, contados da data da expiração do prazo normal para pagamento;
- 4 — 40% (quarenta por cento), a partir do termo final do prazo referido no item anterior.

CAPÍTULO VII

DO LOCAL DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 25. O ICM é pago na localidade onde se verificar a operação, assim entendida, em regra geral aquela onde se encontrar a mercadoria no momento da ocorrência do fato gerador.

Art. 26. Compreende, ainda, para efeito de pagamento do ICM, domicílio tributário o da situação:

I — do estabelecimento de comerciante, de industrial ou produtor inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado, transmitente da propriedade sobre mercadoria que por ele não tenha transitado;

II — do responsável nos casos de substituição tributária indicados nesta lei;

III — do estabelecimento depositante paranaense, quando a operação tributável tiver por objeto mercadoria depositada em armazém geral, neste Estado, ou em depósito fechado;

IV — do estabelecimento em que der entrada a mercadoria, em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º;

V — do armazém geral, localizado neste Estado, quando ocorrer saída ou transmissão de propriedade sobre mercadoria depositada por contribuinte de outra unidade federada;

VI — da primeira repartição arrecadadora estadual por onde passar vendedor ambulante, em conexão com estabelecimento fixo de outro Estado, com a finalidade de entregas de mercadorias a serem efetivadas nesta unidade federada.

§ 1.º — Quando realizarem-se operações de venda ambulante, sem conexão com o estabelecimento fixo, o ICM deve ser recolhido:

a) — se, vindo de outro Estado, no lugar onde estiver localizada a primeira repartição fazendária estadual pela qual passar;

b) — nas locomoções internas, no lugar onde estiver situada a repartição fazendária estadual mais próxima do local em que adquirir as mercadorias com as quais formará ou completará a carga do veículo transportador.

§ 2.º — Quando é encontrada mercadoria em trânsito ou armazenada sem a documentação fiscal em ordem e exigível, o ICM deve ser recolhido na repartição fazendária estadual localizada no município onde for averiguado o ilícito fiscal.

§ 3.º — Nos regimes especiais compete à Secretaria da Fazenda fixar, através de Instrução, o local da operação para efeito de pagamento do ICM.

CAPÍTULO VIII

DA FORMA DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 27. O pagamento é feito mediante guia de recolhimento (GR), cujos modelos são fixados ou alterados através de Instrução da Secretaria da Fazenda em:

I — estabelecimento bancário, devidamente autorizado;

II — agência de rendas;

III — agência auxiliar de rendas;

IV — caixa isolada, vinculada à agência de rendas.

§ 1.º — O pagamento deve ser feito em moeda nacional corrente ou cheque, nos casos e nas formas especificadas em Instrução da Secretaria da Fazenda, caso em que somente é considerado extinto o crédito com o respectivo resgate pelo sacado.

§ 2.º — Quando o estabelecimento bancário funcionar como agente financeiro na aquisição ou venda de mercadoria, por conta de terceiros, poderá o pagamento do ICM ser autorizado; mediante Instrução da Secretaria da Fazenda e termo de acordo entre os interessados, sob forma de depósito no Banco do Estado do Paraná S.A., a favor:

1 — desta unidade federada, em relação a parcela de 80% (oitenta por cento);

2 — da conta de participação dos municípios na receita derivada de tributo estadual, relativamente à parcela de 20% (vinte por cento).

§ 3.º — A obrigação tributária principal poderá ser ainda extinta na forma das demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem estipuladas para cada caso, em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 4.º — Na Instrução a que se refere o “caput” deste artigo indicar-se-á o modelo da GR apropriada, em cada modalidade de operação tributável, para a efetivação do pagamento: do

- 1 — do ICM;
- 2 — dos acréscimos;
- 3 — do juro de mora;
- 4 — das penalidades pecuniárias;
- 5 — da correção monetária.

§ 5.º — Quando, em processo regular, for apreendida mercadoria, como prova material da infração tributária, e não ocorrer a extinção do crédito tributário constante de decisão irrecurável por uma das modalidades mencionadas neste artigo, processar-se-á hasta pública — administrativa, a fim de que os respectivos valores obtidos em moedas corrente possam ser utilizados na referida extinção.

§ 6.º — A Instrução de que trata este artigo poderá estabelecer documento único de arrecadação para as rubricas indicadas nos itens § 4.º.

§ 7.º — A guia de recolhimento destinada ao pagamento do ICM fora da conta gráfica, de entradas — saídas, deverá conter espaço para lançamento de eventuais créditos do tributo estadual, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda.

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 28. Incumbe à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, as normas fixadas em Convênio ou Ajuste, celebrados entre União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômicas Fiscais (SINIEF).

§ 1.º — O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos na Instrução de que trata este artigo.

§ 2.º — Constituem instrumentos auxiliares da escrituração fiscal os documentos e livros de contabilidade geral dos estabelecimentos contribuintes do ICM.

§ 3.º — As operações, lançamentos fiscais e saldos da conta gráfica, vinculados ao ICM, serão declarados, em relação ao período considerado em guia mensal de informação e puração padronizado em decorrência do SINIEF.

CAPÍTULO X

DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 29. Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo único — Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário ou de escrituração fiscal.

Art. 30. Os regimes especiais serão concedidos:

I — através de celebração de acordo, cujo termo será lavrado no Departamento de Rendas Internas, como resultado de decisão favorável exarada em petição escrita dirigida ao Secretário da Fazenda, nos casos de situação peculiar isolada;

II — com base no que dispuser em Instrução da Secretaria da Fazenda quando a situação peculiar abranger vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1.º — Quando o regime especial, compreender contribuinte do IPI será ouvida, previamente, a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 2.º — Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas nos incisos deste artigo.

§ 3.º — O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente ou por ambas as partes.

Art. 31. A Secretaria da Fazenda manterá um serviço para registro acompanhamento e controle dos regimes especiais do ICM, concedidos na forma do artigo anterior.

§ 1.º — Incumbe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda, atendendo às conveniências da administração fazendária, propor, ao Secretário da Fazenda, a reformulação ou revogação das concessões.

§ 2.º — Os acordos celebrados (inciso I do artigo anterior) deverão ser numerados em ordem sequencial e divulgados através de publicação no Diário Oficial do Estado e de transcrição em circular.

CAPÍTULO XI

DA APURAÇÃO DO ICM

SEÇÃO I

DO PERÍODO CONSIDERADO

Art. 32. Observado o princípio constitucional da incumulatividade, o mês será o período considerado para efeito de apuração e autolancamento do ICM, com base na escrituração em conta gráfica dos valores.

§ 1.º — O montante do ICM a recolher resultará da diferença a maior, no período considerado, entre o imposto referente às mercadorias saídas do estabelecimento e o pago relativamente às mercadorias nele entradas observados os parágrafos seguintes.

§ 2.º — Entende-se por saldo devedor, no período considerado, o débito menos o crédito do imposto.

§ 3.º — Entende-se por saldo credor, no período considerado, o crédito menos o débito do imposto.

§ 4.º — O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes.

§ 5.º — No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

- 1 — as saídas com débitos tributário;
- 2 — outros débitos;
- 3 — estorno de créditos.

§ 6.º — No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

- 1 — as entradas com crédito do tributo;
- 2 — outros créditos;
- 3 — estornos de débitos;
- 4 — eventual saldo credor do período anterior.

Art. 33. O ICM, correspondente ao autolancamento relativo ao período considerado, será demonstrado, mensalmente, em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênio ou Ajustes relativos ao SINIEF.

§ 1.º — O pagamento do ICM em decorrência do autolancamento, extingue o crédito sob condição resolutória da ulterior homologação desse lançamento.

§ 2.º — A homologação do autolancamento ocorre sob as formas previstas no Código Tributário Nacional (art. 150).

SEÇÃO II
DOS CRÉDITOS

Art. 34. O valor do ICM pago, relativamente às entradas de mercadorias no estabelecimento, poderá ser lançado na escrituração fiscal como operação de crédito:

I — quando estas mercadorias recebidas, inclusive material de embalagem, destinarem-se à comercialização;

II — quando tais mercadorias recebidas destinarem-se à industrialização ou produção, inclusive matérias primas, produtos ou material intermediário ou secundário e material de embalagem que, se integrando ou não fisicamente no novo produto, forem consumidos ou desgastados no processo de industrialização ou produção, exceto as ferramentas;

III — quando as referidas mercadorias, anteriormente oneradas pelo tributo, forem objeto de:

1 — devolução por consumidor final desde que o retorno ocorra até 60 (sessenta) dias contados da data do fato gerador;

2 — retorno por não terem sido negociadas no comércio ambulante, ou por não ter ocorrido a tradição real;

IV — quando o pagamento do tributo estadual, destacado na Nota Fiscal de entrada, for efetivado de forma desvinculada da conta gráfica:

1 — na condição de responsável;

2 — em relação à entrada de mercadoria em decorrência das operações referidas nas alíneas do inciso II do artigo 2.º.

§ 1.º — O direito ao crédito do imposto, nas entradas de mercadorias, é condicionado, em qualquer hipótese, às exigências de escrituração fiscal, previstas em Instrução baseada no SINIEF e, quando não for exercido na época própria, só poderá ser utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita, promovida pela fiscalização.

§ 2.º — Para os efeitos do disposto no item 1 do inciso III deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto.

Art. 35. É admitido, ainda, na escrituração fiscal, na forma a ser estabelecida em Instrução da Secretaria da Fazenda, como crédito:

I — O valor equivale a 90% (noventa por cento) do imposto único pago, relativamente aos minerais do País, entrados em estabelecimentos industrial consumidor dessas substâncias;

II — o valor relativo aos direitos autorais, artísticos e conexos, comprovadamente pagos pela empresa produtora de discos fonográficos e outros materiais de gravação de som, no período considerado, aos autores e artistas, nacionais ou domiciliados no país assim como os seus herdeiros e sucessores, mesmo através de entidades que os representem;

III — o valor correspondente a um percentual fixo, como alternativa a ser dada aos produtores não inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, como crédito ficto relativo às mercadorias entradas no respectivo estabelecimento;

IV — em relação às mercadorias negociadas no Estado destinatário, o valor correspondente à diferença entre as alíquotas relativas às operações internas e às interestaduais, cujo recolhimento àquele Estado seja devidamente comprovado, tratando-se de comércio ambulante, no âmbito interestadual, em conexão com estabelecimento fixo situado nesta unidade federada;

V — o valor recebido, correspondente a crédito de ICM acumulado e sem possibilidade de aproveitamento na forma usual, objeto de transferência ou recebimento autorizado pela Secretaria da Fazenda;

VI — o valor correspondente a crédito ficto, como benefício fiscal;

VII — o valor restituição do imposto, nos casos de pagamento indviduo, quando o pedido de devolução for deferido pela autoridade administrativa competente;

VIII — o valor de imposto extornável, homologado e mantido pela Secretaria da Fazenda, como estímulo à atividade industrial do sujeito passivo;

IX — o valor do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34 pago mediante ação fiscal;

X — mensalmente, o valor da parcela mensal do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 34, recolhido em decorrência de termo de acordo de parcelamento;

Art. 36. Não é permitido o crédito do imposto pago:

I — em relação a documento fiscal perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a hipótese de sua comprovação de autenticidade;

II — não destacado no documento fiscal, ou calculado em desacordo com esta lei e com as normas convencionais concernentes ao SINIEF e explicitadas em Instrução da Secretaria da Fazenda;

III — em relação a documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente do receptor da mercadoria;

IV — em relação à mercadoria recebida para integrar o ativo fixo ou para conservação, recuperação ou melhoramento nas instalações do estabelecimento, salvo o crédito do imposto relativo a máquinas, aparelhos e equipamentos de produção nacional, destinados a ampliação ou modernização arrolados em Instrução do Secretário da Fazenda;

V — em relação a mercadoria para utilização ou consumo próprio do estabelecimento;

VI — em relação a mercadoria recebida para integrar ou para ser consumida em processo de industrialização ou de produção cuja ulterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data de entrada;

VII — em relação à mercadoria recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada;

VIII — em relação às mercadorias entradas no estabelecimento quando o imposto tiver sido devolvido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante, mesmo sob a forma de prêmio ou estímulo ressalvadas as exceções previstas no § 6.º do art. 3.º do Decreto-lei n.º 406 de 31 de dezembro de 1968, acrescido pelo art. 5.º do Decreto-lei n.º 834 de 8 de setembro de 1969, e nos casos estabelecidos em Convênio de Estados e explicitados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — Na hipótese do inciso II deste artigo, quando o ICM destacado for maior do que o exigível na forma da lei o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto, observadas as normas sobre correção estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — Entende-se, para os efeitos dos incisos VI e VII deste artigo, por saída sem débito do ICM, a em que ocorra:

1. isenção objetiva ou subjetiva;
2. não incidência;
3. imunidade tributária.

§ 3.º — O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativo-fiscal.

Art. 37. Compete à Secretaria da Fazenda assegurar, através de Instrução, o princípio constitucional da incumulatividade do ICM, nos casos de pagamento do tributo na forma desvinculada da conta gráfica relativa ao período considerado.

SEÇÃO III
DOS ESTORNOS

Art. 38. O contribuinte efetivará o estorno de crédito do ICM sempre que a mercadoria entrada no estabelecimento para comercialização ou industrialização:

I — for integrada no ativo fixo, ressalvada a exceção prevista nesta lei;

II — for utilizada ou consumida pelo próprio estabelecimento ressalvados os bens intermediários empregados no processo de industrialização ou produção;

III — perecer ou se deteriorar;

IV — for objeto de saída sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância imprevisível à data da referida entrada;

V — for objeto de ulterior operação sujeita à redução na base de cálculo, proporcionalmente ao valor dessa redução;

§ 1.º — O estorno de crédito será determinado de ofício, nos casos de glosa.

§ 2.º — O crédito do ICM a estornar, nas hipóteses indicadas nos incisos deste artigo, será calculado, quando não for conhecido o valor exato, mediante a aplicação da alíquota vigente na data do estorno sobre o preço de aquisição mais recente para o mesmo tipo de mercadoria, observado no caso do inciso V, o percentual da redução.

§ 3.º — A escrituração fiscal do estorno será feita mediante nota fiscal, cuja natureza da operação será estorno de crédito, explicitando-se, no corpo do referido documento, a origem do lançamento, bem como o cálculo do respectivo valor.

§ 4.º A Secretaria da Fazenda especificará, em Instrução, as hipóteses de

manutenção de crédito do ICM, em relação as entradas de mercadorias cuja ulterior operação esteja beneficiada com isenção objetiva ou subjetiva, não incidência ou imunidade.

§ 5.º — Não se exigirá, dos estabelecimentos industriais, o estorno relativo às mercadorias estradas para utilização, como matéria prima ou material secundário, na fabricação e embalagem dos produtos de que tratam o inciso I do § 3.º e o inciso III do § 4.º do artigo 1.º do Decreto-lei n. 406 de 31 de dezembro de 1968.

§ 6.º — O disposto no parágrafo anterior não se aplica às matérias-primas de origem animal ou vegetal que representem, individualmente, mais de 50% (cinquenta por cento) do valor do produto resultante de sua industrialização, caso em que será obrigatório o estorno de crédito.

§ 7.º — Os critérios do estorno referido nesta seção será explicitados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 8.º — O estorno de que trata o § 6.º nos casos de produtos sujeitos a diferimento ou suspensão será feito mediante pagamento em conta gráfica ou guia especial de recolhimento, sem direito a crédito.

§ 9.º — No caso do § 6.º deste artigo, quando não for excedido o percentual de 50% (cinquenta por cento), caberá na hipótese de produtos abrangidos anteriormente por diferimento ou suspensão, o pagamento do imposto diferido ou suspenso, admitindo-se a manutenção do crédito correspondente.

Art. 39 — O estorno de débito obedecerá, quanto a escrituração, a regra do § 3.º do artigo anterior, observando-se, todavia, como natureza da operação — “estorno de débito”.

§ 1.º — O estorno de débito só poderá ser efetivado dentro de período considerado mediante comunicação do fato a repartição do domicílio tributário do sujeito passivo, anexando-se cópia da nota fiscal.

§ 2.º — Após o pagamento do ICM, em relação ao período considerado, não caberá estorno de débito, regendo-se os pagamentos indevidos pelas normas aplicáveis de restituição do tributo estadual.

CAPÍTULO XII DA RESTITUIÇÃO

Art. 40 — As quantas indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1.º — O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICM subroga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2.º — O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICM tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3.º — A restituição poderá ser processada, após o despacho favorável mediante autorização de crédito do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado, nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4.º — Decorridos 180 (cento e oitenta) dias do despacho concessório o contribuinte poderá escriturar como crédito o respectivo valor, mencionado o número do protocolo correspondente.

Art. 41 — A restituição total ou parcial do ICM dá lugar a devolução de penalidade tributária, acréscimo, juro e correção monetária pagos e correspondentes, salvo as penas de caráter formal que se não devam considerar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

CAPÍTULO XIII DAS OPERAÇÕES SEM DÉBITO DO IMPOSTO

Art. 42 — O Chefe do Poder Executivo ou seu representante ficam autorizados a celebrar Convênios ou Protocolos de que trata o § 6.º do artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1.º — Após ratificação dos Convênios ou Protocolos, na forma do disposto em Lei Complementar, compete à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, a aplicação dos benefícios fiscais.

§ 2.º — A Instrução a que se refere o parágrafo anterior poderá condicionar a concessão de quaisquer benefícios fiscais à apresentação, pelo interessado, de certidão negativa de dívida ativa estadual.

Art. 43 — Compete à Secretaria da Fazenda definir, através de Instrução, os casos em que os benefícios fiscais devem ser requeridos para o efeito da sua individualização.

Parágrafo único — O despacho concessório não gera direito adquirido em favor do beneficiário, ressalvada a hipótese prevista no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Art. 44 — O sujeito ativo da obrigação tributária principal poderá exigir, na concessão de benefícios fiscais, quaisquer documentos considerados necessários para provar a satisfação dos requisitos correspondentes ou ao controle e acompanhamento da concessão.

Art. 45 — Constituem-se operações sem débito do imposto:

I — a saída de produto industrializado para o exterior;

II — a alienação fiduciária em garantia;

III — as saídas de mercadorias decorrentes da alienação fiduciária em garantia do estabelecimento do devedor para o do credor ou para depósito em nome deste e no retorno ao estabelecimento do devedor, em virtude da extinção da garantia;

IV — a saída de estabelecimento prestador de serviços, de mercadorias a ser ou que tenha utilizada na prestação de tais serviços, ressalvadas os casos de cobrança previstos na Lista de Serviços constantes da legislação complementar;

V — a saída de estabelecimento de empresa de transporte ou de seu depósito por conta e ordem desta de mercadorias de terceiros.

VI — a saída de mercadoria com destino a armafem geral à ordem do remetente, ou a depósito fechado do próprio contribuinte, localizados no Estado;

VII — a saída de mercadoria dos estabelecimentos referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente;

VIII — a saída de mercadoria para estabelecimento da mesma empresa ou de terceiros, localizados neste Estado, para industrialização e que devam retornar ao estabelecimento de origem;

IX — a saída de mercadoria a que se refere o inciso anterior, em retorno ao estabelecimento de origem situado neste Estado, sem prejuízo do pagamento do tributo estadual sobre o valor agregado pelo estabelecimento que a tiver procedido;

X — a saída, de quaisquer estabelecimentos, de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, bem como as de energia elétrica e de minerais do País que estejam sujeitos aos impostos especiais a que se referem os incisos VIII e IX do artigo 21 da Constituição da República Federativa do Brasil;

XI — a saída de peças, veículos, ferramentas, equipamentos e outros bens não pertencentes à linha normal de comercialização do contribuinte, quando utilizados como instrumento próprio de trabalho;

XII — a saída de livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão, excluídos os livros em branco ou para escrituração;

XIII — a saída de bem destinado a contribuinte, promovida por pessoa não qualificada como tal;

XIV — a saída para a Zona Franca de Manaus de produtos industrializados nacionais, para consumo, industrialização ou reexportação para o estrangeiro, excluídos armas e munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passageiros;

XV — a entrada de mercadoria importada do exterior quando destinada a utilização como matéria-prima em processo de industrialização em estabelecimento do importador, desde que as saídas dos produtos industrializados ocorram com débito do ICM;

XVI — a entrada de mercadoria cuja importação estiver isenta do imposto de competência da União sobre a importação de produtos estrangeiros;

XVII — a entrada em estabelecimento do importador de mercadoria importada do exterior sob o regime de “draw-back”;

XVIII — a entrada de mercadoria em estabelecimento de importador, quando importada do exterior e destinada à fabricação de peças, máquinas e equipamentos para o mercado interno, como resultante de concorrência internacional com participação da indústria do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento a longo prazo, de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XIX — a saída de mercadoria destinada ao mercado interno produzida em estabelecimentos industriais como resultado de concorrência internacional, com participação de indústrias do País, contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis provenientes de financiamento a longo prazo de instituições financeiras internacionais ou entidades governamentais estrangeiras;

XX — saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que condicionam e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou outro do mesmo titular;

XXI — a saída dos bens referidos no inciso anterior em retorno ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular ou a depósito em seu nome;

XXII — a saída de estabelecimento de empreiteiro de construção civil, obras hidráulicas e outras obras semelhantes, inclusive serviços auxiliares ou complementares, de mercadorias adquiridas de terceiros e destinadas às construções, obras ou serviços referidos, a cargo do remetente;

XXIII — a saída de mercadorias de estabelecimento de produtor para estabelecimento de cooperativa de que faça parte, situada no Estado;

XXIV — a saída de mercadoria de estabelecimento de cooperativa de produtores para estabelecimento no Estado, da própria cooperativa, de cooperativa central ou de federação de cooperativas de que a cooperativa remetente faça parte;

XXV — a saída de amônia, ácido nítrico, nitrato de amônia e de suas soluções, ácido fosfórico, fosfatos de amônia, de enxofre, de estabelecimento onde se tiver processado a respectivo industrialização;

1. a estabelecimento onde se industrializem adubos simples ou compostos e fertilizantes;

2. a outro estabelecimento do mesmo titular daquele onde se tiver processado a industrialização;

3. a estabelecimento produtor;

XXVI — a saída dos produtos mencionados no inciso anterior, do estabelecimento referido no item 2, a estabelecimento onde se industrializem adubos simples e compostos ou fertilizantes e a estabelecimento produtor;

XXVII — a saída de quaisquer estabelecimentos de adubos simples ou compostos, fertilizantes, inseticidas, defensivos, fungicidas, formicidas, sarnicidas, mudas de plantas sementes certificadas ou identificadas pelos órgãos competentes, herbicidas, carrapaticidas ou identificadas pelas órgãos competentes, herbicidas, carrapaticidas, vacina para animais, vermífugos, vermícidias e sêmen congelado ou resfriado, rações concentradas e suplementos para animais parasiticidas, germicidas, desinfetantes, soros e medicamentos de uso veterinário, e pintos de um dia;

XXVIII — saída de quaisquer estabelecimentos de tratores e tratores-guinchos quando produzidos no País;

XXIX — saída de quaisquer estabelecimentos das seguintes máquinas e implementos agrícolas, desde que produzidos no País:

1. silos completos para forragem e cereais;

2. secadores para café e cereais;

3. polvilhadeira de uso agrícola, pulverizadores e nebulizadores;

4. aparelhos e dispositivos mecânicos destinados a regular a dispersão ou orientação de jato de água inclusive simples ou móveis postos em movimento pela pressão de água, usados na irrigação da lavoura;

5. carregadoras para serem acopladas a trator agrícola;

6. enxadas rotativas e plainas niveladoras de levantamento hidráulico, de três pontas;

7. ordenhadeiras;

8. arame farpado;

9. moto-serras portáteis de corrente com motor incorporado não elétrico, de uso agrícola;

10. vasilhames (latões) para transporte de leite;

11. veículos não automóveis e reboque de uso agrícola;

12. enxadas, pás, alviões, picaretas, enxadões, forquilha ancinhos e gadanhos, machados, podrões e ferramentas semelhantes de gume, foices, foicinhas, facas para cortar feno ou palha, tesoura para gra-

ma, cunhas e outras ferramentas manuais, para a agricultura, jardinagem ou silvicultura;

13. máquinas, aparelhos e instrumentos agrícolas e hortícolas para preparação e cultivo do solo, discos de arado e grades, dentes de grade, arados inclusive rolos para preparar terrenos ou campos de esporte;
14. máquinas, aparelhos e instrumentos para colheita e debulha de produtos agrícolas, prensas enfardadeiras de palha e forragem; máquinas-cortadeiras de relva; tararas e máquinas semelhantes para limpeza de grãos, máquinas selecionadoras de ovos, de frutas e de outros produtos agrícolas;
15. outras máquinas e aparelhos para a agricultura, horticultura, avicultura e apicultura, inclusive germinadores com dispositivos mecânicos ou térmicos, chocadeiras, incubadeiras ou criadeiras para agricultura;
16. aparelhos e instrumentos de pesagem de gado (balanças);
17. pequenos motores à gasolina ou diesel, monocilíndricos, de potência igual ou inferior a 15 CV destinados a uso agrícola;
18. aviões de uso agrícola;

XXX — saída de quaisquer estabelecimentos de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais de produção nacional, cuja relação e posicionamento na Tabela anexo ao Regulamento do imposto de competência da União sobre produtos industrializados será fixada em Instrução da Secretaria da Fazenda com base em Convenios de Estados, devidamente homologados;

XXXI — saída de quaisquer estabelecimentos, dos seguintes produtos hortifrutigranjeiros, em estado natural exceto quando remetidas para fora do Estado para fins de industrialização:

abóbora, abobrinha, acelga — agrião — alipim — aipo — alcachofra — alecrim — alface — alfavaca — alfazema — almeirão — aneto — aniz — araruta — arruda e azedim — batata doce — beringela — beterraba — bertália — brócolo — camomila — cará — cardo — catalonha — cebolinha — cenoura — chicória — chuchu — coentro — cogumelo — cominho — couve e couve-flor — endívia — erva cidreira — erva doce — erva santa maria — ervilha — escarola — espargo e espinafre; frutas frescas nacionais; funcho — gengibre — inhame — jiló — losna — manjerição — manjerona — moranga — maxixe — milho verde — nabiça — nabo — palmito — pepino — pimenta e pimentão — quiabo — rabanete — raiz forte — repolho — rúcula — ruibarbo — salsa — salsão e segurelha — taioba — tampala — tomate — tomilho e vagem;

XXXII — saída de mercadoria que tenha entrado para integrar o ativo fixo, desde que a saída ocorra depois do uso normal a que se destinaram;

XXXIII — transferência de bens do ativo fixo de um para outro estabelecimento da mesma empresa;

XXXIV — saída de material de uso e consumo de um para outro estabelecimento da mesma empresa, desde que as mercadorias tenham sido adquiridas de terceiro e não se destinem a utilização pelo estabelecimento destinatário;

XXXV — saída de matérias-primas destinadas à produção de ração, concentrados ou suplementos para animais em estabelecimento industrial localizado no Estado;

XXXVI — a saída de produtos de origem nacional, destinados a instalação, ampliações ou reequipamento de empreendimentos industriais julgados de interesse nacional, quando o fornecimento seja resultante de coleta de preços entre produtores nacionais e estrangeiros e feito contra pagamento com recursos oriundos de divisas conversíveis, provenientes de financiamento, a longo prazo, de instituições financeiras ou de entidades governamentais estrangeiras;

XXXVII — saída de mercadoria para outro Estado quando promovida por órgão da administração pública direta ou indireta e empresas concessionárias de serviço público, para fins de industrialização, desde que os produtos retornem ao órgão ou empresa remetente deste Estado;

XXXVIII — a saída de mercadorias por compra em substituição ao direito de importar, realizada por Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Representações de Órgãos Internacionais e seus integrantes, desde que a mercadoria adquirida tenha sido concedida isenção do imposto sobre Produtos Industrializados;

XXXIX — a saída de mercadoria que tenha sido utilizada por prestador de serviço, desde que tais serviços hajam sido prestados por empresas devidamente homologadas pelo Centro Técnico de Aeronáutica, na forma da legislação vigente e que se dediquem aos trabalhos de lubrificação, conserto e recondicionamento de aeronaves, seus motores, peças e componentes;

XL — a saída de material bélico de uso privativo das Forças Armadas que tenham como destinatários Órgãos do Governo da União e desde que isentas do imposto sobre Produtos Industrializados;

XLI — a saída de discos didáticos;

XLII — a saída de obras de arte de estabelecimento que as tenham recebido do autor para exposição e venda;

XLIII — a saída de quaisquer estabelecimentos, de aparelhos tipo "pacer-maker";

XLIV — a saída para o exterior, de flores e plantas ornamentais;

XLV — o fornecimento de refeições por estabelecimentos industriais, comerciais ou produtores, diretamente a seus empregados;

XLVI — saída de quaisquer estabelecimentos, de aves e ovos em estado natural ou congelados, exceto quando remetidos para fora do Estado para fins de industrialização;

XLVII — a saída de frutas frescas provenientes de países membros da Associação Latino Americana de Livre Comércio — ALALC;

XLVIII — saída de pescados para o exterior;

XLIX — saída de quaisquer estabelecimentos, para o território do Estado de peixes, suas ovas, crustáceos e moluscos, em estado natural, congelados, resfriados, salgados, secos, e viscerados, filetados, postejados ou defumados, para conservação desde que não enlatados ou cozidos e que sejam de origem nacional;

L — saída de açúcar cristal e demerara, efetuada por usinas ou cooperativas localizadas no Estado destinadas ao Instituto do Açúcar e do Alcool, a fim de que este efetue a exportação para o exterior;

LI — saída de produtos típicos de artesanatos regionais, da residência de artesão, quando aí confeccionados sem utilização de trabalho assalariado;

LII — saída de produtos confeccionados em casas residenciais, sem utilização de trabalho assalariado, por encomenda direta do consumidor ou usuário;

LIII — saída de obras culturais, decorrentes de operação efetuada diretamente pelo autor, de caráter didático, literário, artístico e científico;

LIV — saída de amostras desde que não excedam a quantidade estritamente necessária para dar a conhecer a natureza, espécie e qualidade do produto e não se destinem a comercialização e desde que contenham, em caracteres bem visíveis, a declaração de serem gratuitas;

LV — saída de mercadoria produzida por instituições de educação ou de assistência social, sem finalidade lucrativa e cujas rendas sejam integralmente aplicadas na manutenção de suas finalidades assistenciais ou educacionais no País sem distribuição de qualquer parcela a título de lucro ou participação;

LVI — saída de mercadoria com destino a exposição ou feira, para fins de exposição ao público em geral, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da saída;

LVII — saída da mercadoria referida no inciso anterior em retorno ao estabelecimento de origem;

LVIII — movimentação de gado em pé, entre estabelecimentos pecuaristas localizados no Estado;

LIX — saída de juta;

LX — saída de sacaria de juta, ainda que em composição com outro produto e desde que promovida pelo estabelecimento industrializador;

LXI — saída de leite em estado natural, produzido e destinado ao consumo no território do Estado;

LXII — saída de quaisquer estabelecimentos, de sacaria vazia em operações para o Estado;

LXIII — saída de erva-mate cancheada para o exterior;

LXIV — saída de farelos e tortas de sementes oleaginosas para o exterior;

LXV — saída no varejo de mercadoria destinada à adquirente domiciliado no exterior do País, contra pagamento em cheque de viagem que expresse moeda estrangeira;

LXVI — a transferência de estoque de uma firma ou denominação social para outra, no Estado, em virtude de transformação, fusão, incorporação ou venda de estabelecimento ou fundo de comércio.

§ 1.º — O disposto no inciso I deste artigo aplica-se também à saída de mercadoria de estabelecimento industrial ou de seus depósitos com destino:

1. a empresas comerciais que operem exclusivamente no comércio de exportação;

2. a armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros.

§ 2.º — No caso do parágrafo anterior e do inciso XIV a reintrodução da mercadoria no mercado interno tornará exigível o imposto devido pela saída com destino aos estabelecimentos ali referidos ou à Zona Franca de Manaus.

§ 3.º — Na hipótese do inciso XIV deste artigo, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão da Nota Fiscal, o contribuinte fica obrigado a provar que houve entrega real da mercadoria ao seu destinatário, localizado na Zona Franca de Manaus.

§ 4.º — A prova de que trata o parágrafo anterior será produzida através de documento adotado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA.

§ 5.º — Vencido o prazo indicado no § 2.º deste artigo e não havendo sido produzida a prova, a operação será considerada tributada para efeito de pagamento do imposto.

§ 6.º — A hipótese referida no inciso XXVII deste artigo aplica-se exclusivamente aos produtos destinados ao uso na pecuária, na avicultura e na agricultura.

§ 7.º — Para utilização do benefício fiscal indicado no inciso XXXVI, o contribuinte deverá evidenciar com documento comprobatório de prévia declaração, para cada caso do Ministro da Fazenda, expedida depois da aprovação pelos órgãos federais competentes do projeto em cuja implantação serão empregados os produtos.

§ 8.º — O estabelecimento a que se refere o inciso LX poderá lançar na Nota Fiscal o valor do ICM cujo pagamento seja isento, a título de crédito presumido.

§ 9.º — O benefício fiscal previsto no inciso LXI deste artigo não abrange as operações realizadas com estabelecimentos que industrializem o produto.

§ 10 — No caso do inciso LVII deste artigo se o retorno não ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias da data da remessa, o ICM tornar-se-á devido.

§ 1.º — Os benefícios fiscais referidos nos incisos XXVIII, XXIX e XXX deste artigo terão vigência até 31 de dezembro de 1974.

CAPÍTULO XIV

Do Controle e da Orientação Fiscal

Art. 46 — A fiscalização e orientação fiscal sobre o ICM compete especialmente à Secretaria da Fazenda do Estado.

Parágrafo único — Os servidores públicos incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

Art. 47 — O Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda terá, em sua estrutura organizacional, um órgão central incumbido de fornecer critérios e orientação geral sobre a programação dos serviços de fiscalização relativos ao ICM.

Parágrafo único — Os critérios e a orientação de que trata este artigo serão fixados fundamentalmente, com base no processamento das informações econômico-fiscais contidas:

1. no Cadastro de Contribuintes do Estado;
2. nas guias de recolhimento;
3. nas guias de informações e apuração do tributo;
4. nos documentos fiscais exigíveis no SINIEF;
5. nos dados estatísticos de mercado.

Art. 48 — As pessoas físicas ou jurídicas com domicílio tributário no Estado, contribuintes, responsáveis ou intermediários de negócio, sujeitos ao ICM, não poderão excusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

Parágrafo único — No caso de recusa, a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia com o recusante, solicitando, de imediato, à autoridade administrativa a que estiver subordinada, providências para que se faça a exibição judiciária.

Art. 49 — A Secretaria da Fazenda manterá uma Comissão Consultiva que terá por incumbência específica responder a todas as consultas sobre o ICM, dos contribuintes e das repartições fazendárias.

§ 1.º — As respostas às consultas serão numeradas em ordem sequencial e deverão conter, no preâmbulo, a respectiva súmula e a aprovação da autoridade competente, indicada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2.º — O resumo das respostas serão publicadas no Diário Oficial do Estado e divulgadas em circular do Departamento de Rendas Internas.

§ 3.º — As respostas às consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 4.º — Não são passíveis de multa os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 5.º — As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário, relativo ao ICM, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

Art. 50 — A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos dos municípios paranaenses, da União, de outras Unidades Federadas, bem como com entidades privadas, objetivando:

- I — intercâmbio de informações econômico-fiscais;
- II — interação nos programas de fiscalização tributária;
- III — treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 51 — O Departamento de Rendas Internas poderá determinar em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, sistema individual de controle e pagamento a fim de resguardar a correta execução desta lei.

CAPÍTULO XV Das Infrações e das Penalidades

SEÇÃO I Das Infrações

Art. 52 — Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda a ação ou omissão que importe em inobservância pela contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICM.

§ 1.º — Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2.º — A responsabilidade por infrações da legislação tributária relativa ao ICM independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art. 53 — O direito de impor penalidade extingue-se em 5 (cinco) anos contados da data da infração.

Parágrafo único — O prazo estabelecido neste artigo interrompe-se por qualquer notificação ou medida em ação administrativo-fiscal em relação ao sujeito passivo da obrigação tributária.

SEÇÃO II Das Penalidades

Art. 54 — Os infratores da legislação tributária concernente ao ICM ficam sujeitos às seguintes penas:

I — multa;

II — suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1.º — São aplicáveis as seguintes multas:

1. — EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao contribuinte que deixar de recolher no prazo indicado na legislação tributária, o saldo devedor declarado na guia de informação e apuração do ICM;

2. — EQUIVALENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO, ao sujeito passivo que deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária, apurado em levantamento ou verificação fiscal;

3. — EQUIVALENTE AO DOBRO DO VALOR DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei;

4. — EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DAS MERCADORIAS:

a) — ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar Nota Fiscal em relação a operações com mercadoria sem débito do imposto;

b) — ao sujeito passivo que estocar ou manter em depósito mercadorias recebidas, sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente às operações sem débito do imposto;

5. — EQUIVALENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DO VALOR DAS MERCADORIAS:

a) — ao sujeito passivo que estocar ou manter em depósito, mercadorias recebidas sem a documentação fiscal regulamentar, correspondente às operações com débito do imposto;

b) — ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal, nas operações com débito do imposto;

6. — EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR DAS OPERAÇÕES INDICADAS NO DOCUMENTO FISCAL:

a) — ao sujeito passivo que emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade de mercadoria, ou a uma entrada de mercadoria no estabelecimento;

b) — a sujeito passivo que emitir, adulterar ou utilizar documento fiscal falso, bem como ao que consignar em documento fiscal, declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias;

c) — ao sujeito passivo que utilizar Notas Fiscais de contribuinte que tenha encerrado suas atividades.

7. — EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR EFETIVO DA OPERAÇÃO, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal, importância diversa do efetivo valor da operação ou emitir documento fiscal, consignando valores diferentes nas respectivas vias;

8. — EQUIVALENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO IMPOSTO RECOLHIDO, ao contribuinte que efetuar o recolhimento do imposto fora do seu domicílio tributário, excetuados aos casos autorizados na legislação tributária;

9. — DE CR\$ 50,00 (CINQUENTA CRUZEIROS) POR DOCUMENTO FISCAL, ao agente que promover a impressão para si ou para terceiros, fornecer, possuir ou guardar documento fiscal falso ainda não utilizado;

10. de CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que não apresentar dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária, a Guia de Informação e Apuração do ICM;

b) ao que não requerer inscrição no Cadastro de Contribuinte do Estado antes do início das suas atividades;

c) ao sujeito passivo que deixar de preencher e entregar à Secretaria

da Fazenda ou repartição que esta indicar, nos prazos estabelecidos, os demonstrativos regulamentares;

d) ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

e) ao sujeito passivo que substituir as vias dos documentos fiscais, em relação à suas respectivas destinações;

f) ao sujeito passivo que deixar de entregar à repartição fazendária de seu domicílio tributário, vias de Notas Fiscais a ela destinadas;

g) ao sujeito passivo que retirar do estabelecimento, livros ou documentos fiscais, sem autorização da Secretaria da Fazenda;

h) ao sujeito passivo que deixar de entregar ou remeter ao produtor, no prazo estabelecido, as 1.ªs e 2.ªs vias das notas de entrada emitidas, e a 2.ª via de Nota Fiscal de produtor;

i) ao sujeito passivo que não comunicar à repartição fazendária a paralisação temporária de suas atividades, bem como deixar de entregar os talonários de Notas Fiscais não utilizados, para custódia, até o início de suas operações.

j) ao contribuinte que não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações sem débito do imposto;

l) ao contribuinte que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

11. De CR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros):

a) ao sujeito passivo que deixar de requerer a sua exclusão do Cadastro de Contribuintes do Estado, no prazo fixado nesta lei, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os talonários de Notas Fiscais não utilizados;

b) ao contribuinte ou transportador de mercadoria que, por qualquer meio ou forma, embarçar, dificultar ou impedir a ação fiscalizadora;

c) ao contribuinte que deixar de entregar à repartição fazendária no prazo estabelecido na legislação tributária, as relações anuais de saída de mercadorias;

12. De CR\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros), ao contribuinte que emitir ou entregar notas de controle interno ou de outra denominação, em substituição a Nota Fiscal exigível para as operações de saída, sem prévia autorização da Secretaria da Fazenda;

13. De CR\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros):

a) ao contribuinte que utilizar, sem a devida autorização máquina registradora que emita cupão em substituição a Nota Fiscal;

b) ao contribuinte que romper o lacre da máquina registradora, sem observância da legislação tributária;

c) ao agente que possuir, utilizar ou falsificar carimbo de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda;

14. De CR\$ 5.000,00 (Cinco mil cruzeiros), ao agente que possuir, utilizar ou falsificar documento de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda;

§ 2.º — A Secretaria da Fazenda utilizará, anualmente coeficientes de correção monetária ou salário-mínimo, para atualização dos valores expressos em cruzeiros neste artigo.

§ 3.º — O valor mínimo das multas é de CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

§ 4.º — Na cominação das multas a maior pretere a menor que, no caso, passa a ser aplicada.

SEÇÃO III DAS REINCIDÊNCIAS

Art. 55. A reincidência sujeita o infrator a multa em dobro e a cada reincidência subsequente aplicar-se-á essa pena acrescida de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Considera-se reincidência a nova infração cometida ao mesmo dispositivo da legislação tributária, pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data da ciência da decisão condenatória relativa a infração anterior, considerada definitiva na esfera administrativa.

CAPÍTULO XVI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E FISCAL SEÇÃO I INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 56. A apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas não procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem que forem juntadas.

Parágrafo único. O processo administrativo-fiscal de instrução contraditória obedecerá, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

1. PEÇA BÁSICA

O processo iniciar-se-á alternativamente:

a) pelo auto de infração;

b) pela representação;

c) por denúncia escrita ou verbal reduzida a termo.

2. A Secretaria da Fazenda criará, através de Instrução, um sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos iniciados.

3. AUTO DE INFRAÇÃO.

O auto de infração será lavrado por funcionário da Secretaria da Fazenda no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

4. O auto de infração não deve conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele se descreverá de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar:

a) dia, hora e local de sua lavratura;

b) a qualificação e identificação fiscal do sujeito passivo;

c) o dispositivo da legislação tributária infringido e a penalidade aplicável;

d) o valor do crédito tributário relativo ao ICM, quando devido, demonstrado em relação à cada trimestre civil ou período, conforme haja ou não escrita contábil;

e) a assinatura do sujeito passivo, seu representante legal ou preposto;

f) determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias.

5. A assinatura do sujeito passivo não importa em confissão, nem

sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravação da penalidade.

6. As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

7. REPRESENTAÇÃO

A representação será lavrada por funcionário das repartições fazendárias que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária.

8. São aplicáveis à representação das mesmas disposições relativas ao auto de infração, exceto o requisito da letra "e" do item 4 deste parágrafo.

9. DENUNCIA

A denúncia escrita deverá ter a firma reconhecida do denunciante, com a sua qualificação e do denunciado e relatar, inequivocamente os fatos que constituem a infração.

10. Quando a denúncia for verbal será reduzida a termo assinado pelo denunciante, na repartição fazendária competente.

11. APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadoria, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

12. As mercadorias apreendidas devem ser removidas para depósito.

13. Não sendo possível nem aconselhável a remoção, as mercadorias poderão ser depositadas em mãos de pessoas idôneas ou do próprio sujeito passivo.

14. Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias se encontram em residência particular, ou em dependências de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para a busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor recusar-se a fazer exibição dessas mercadorias.

15. As mercadorias apreendidas ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciarem o respectivo processo e poderão ser por este liberadas, em qualquer fase processual, mediante a satisfação, pelo sujeito passivo, das exigências determinantes da apreensão, ou desde que apresentada fiança ou garantia suficiente para atender o pagamento do crédito tributário, a critério do referido chefe da repartição fazendária.

16. O rito da hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário serão fixadas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

17. Em relação à apreensão de livros e documentos fiscais, da sua correspondente lação será lavrado termo que constará do processo.

18. INTIMAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA INSTANCIA

A intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa far-se-á:

a) pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante legal, ou preposto, de cópia da peça básica do processo e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, exigindo-se recibo datado e assinado no respectivo original;

b) por via postal ou telegráfica, com prova de recebimento;

c) por edital publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado quando resultarem em profícuos os meios referidos nas letras "a" e "b";

19. Considera-se feita a intimação:

a) na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação pessoal;

b) na data do recebimento, por via postal, ou telegráfica; se a data for omitida, — 15 (quinze) dias após a entrega da intimação a agência postal telegráfica;

c) 30 (trinta) dias após a publicação do edital, se este for o meio utilizado.

20. INÍCIO DA AÇÃO FISCAL

A ação fiscal tem início e se formaliza na data em que o sujeito passivo integrar a instância, com a reclamação ou, na sua falta, em que se inspirar o prazo para a sua apresentação.

21. RECLAMAÇÃO

A reclamação é a defesa apresentada em cada processo, pelo sujeito passivo da obrigação tributária, no prazo de 30 (trinta) dias com efeito suspensivo, a contar da data em que se considera feita a intimação.

22. A reclamação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

23. A reclamação será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o sujeito passivo aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver.

24. Decorrido o prazo sem que tenha sido apresentada a reclamação esse fato será certificado no processo, após o que somente poderá ser admitida prova que inequivocamente ilide a infração apontada.

25. ADITAMENTO OU RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO

Se após a lavratura do auto de infração e ainda no curso do processo for verificada falta mais grave ou erro na capitulação da pena, será lavrado, no mesmo processo, termo de aditamento ou retificação, do qual será intimado ou autuado, restituindo-se-lhe novo prazo de 30 (trinta) dias para complementar a reclamação.

26. CONTESTAÇÃO DA RECLAMAÇÃO

Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em 48 (quarenta e oito) horas, ao auto do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as razões oferecidas pelo sujeito passivo.

27. DELIGENCIAS

O chefe da repartição a requerimento do reclamante ou de ofício poderá determinar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

28. RELATÓRIO

Contestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até 10 (dez) dias do recebimento com relatório circunstanciado sobre a matéria discutida.

29. JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTANCIA

O julgamento do processo em primeira instância cabe ao Diretor do Departamento de Rendas Internas da Secretaria da Fazenda.

30. Antes de proferir a decisão, a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência do órgão jurídico da Secretaria da Fazenda.

31. A competência decisória prevista no item 29 deste parágrafo poderá ser delegada.

32. DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTANCIA

São os seguintes os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais:

a) "ex-officio", a decisão favorável ao sujeito passivo mediante manifestação obrigatória da autoridade competente no final do ato decisório

b) voluntário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo sujeito passivo, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão independentemente de garantia de instância.

33. As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão da segunda instância.

34. O recurso voluntário, mesmo perempto, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a perempção.

35. O rito processual em segunda instância obedecerá as normas previstas em lei complementar.

36. VISTA

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao sujeito passivo o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo.

37. DECISÕES DEFINITIVAS

As decisões definitivas favoráveis ao Estado são executadas pela intimação do sujeito passivo (contribuinte, responsável) pelo Departamento de Rendas Internas, marcando-se-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da decisão.

38. As decisões são definitivas e irreformáveis na esfera administrativa quando não caiba mais recurso ou depois de esgotados os prazos para o exercício do direito de recorrer.

SEÇÃO II

DO RITO ESPECIAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 57. Quando se tratar de infração concernente a falta de recolhimento do saldo devedor relativo ao período considerado, declarado e demonstrado pelo próprio sujeito passivo, na via de informação e apuração do ICM, o respectivo processo fiscal terá rito especial e sumário, não cabendo reclamação ou recurso.

§ 1.º — É admissível, até a data do pagamento a retificação da Guia de Informação e Apuração do ICM, desde que a incorreção tenha resultado de erro na transcrição dos dados constantes do Livro de Registro de apuração do ICM.

§ 2.º — Vencidos os prazos nos quais poderá o sujeito passivo recolher o ICM com a multa reduzida, sem que ocorra o pagamento, ou não tenha sido solicitado parcelamento do saldo devedor declarado, o valor do ICM e a importância total da multa serão inscritos, automaticamente, em dívida ativa do Estado.

§ 3.º — Não cabe administrativo-fiscal, pelo rito de instrução contradição, em relação a falta de pagamento de saldo devedor declarado em Guia de Informação e Apuração do ICM aplicando-se, nesse caso, o rito previsto nesta Seção.

SEÇÃO III

REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 58. Tratando-se de infração tributária de que resulte exigibilidade de ICM, as multas aplicáveis poderão ser reduzidas: z

I — nos procedimentos de instrução contraditória:

a) no prazo da reclamação, — para 40% (quarenta por cento);

b) no prazo do recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, — para 60% (sessenta por cento);

c) no prazo de 30 (trinta) dias da intimação posterior a inscrição em dívida ativa, — para 80% (oitenta por cento);

II — nos procedimentos do rito especial e sumário:

a) até 30 (trinta) dias contados da data da expiração do prazo normal para pagamento, — para 5% (cinco por cento);

b) de 31 (trinta e um) dias até 60 (sessenta) dias contados da data referida na alínea anterior, — para 10% (dez por cento);

c) de 61 (sessenta e um) dias até 90 (noventa) dias, a partir da data referida na alínea "a", — para 20% (vinte por cento);

d) de 91 (noventa e um) dias até 120 (cento e vinte) dias, a partir da data indicada na alínea "a" — para 40% (quarenta por cento).

§ 1.º — Para obter a redução do valor da penalidade o sujeito passivo deverá pagar o total do imposto devido e a parcela da multa.

§ 2.º — O pagamento efetivado na forma do parágrafo anterior será certificado nos autos do processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, lavrando-se, a seguir, o termo do seu encerramento.

§ 3.º — Fica excluída a redução nas multas nos casos de aplicação de multas mínimas.

CAPÍTULO XVII

DO PAGAMENTO PARCELADO

Art. 59 — A Secretaria da Fazenda poderá admitir, através de instrução, o parcelamento de quaisquer créditos tributários relativos ao ICM, fixando os critérios e condições para sua concessão.

§ 1.º — Concedido o parcelamento, levar-se-á termo de acordo na repartição fazendária competente, sem implicar em novação ou transação.

§ 2.º — O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo o termo de acordo resultante caráter decisório.

§ 3.º — Quando for indeferido o pedido de parcelamento, ou quando ocorrer o inadimplemento do acordo, serão tomadas as medidas necessárias ao registro na dívida ativa do Estado, a fim de que seja providenciada a cobrança executiva do crédito tributário, deduzidas as parcelas já pagas.

§ 4.º — O termo de acordo será automaticamente rescindido quando ocorrer o inadimplemento de uma das prestações mensais.

Art. 60. O valor parcelável compreende:

a) ICM;

- b) total da multa correspondente à infração;
 - c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo;
 - d) juros vencidos sobre o valor do ICM e da multa;
 - e) juros de mora vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;
 - f) eventuais acréscimos.
- II — crédito tributário ainda não objeto de qualquer procedimento fiscal:
- a) ICM;
 - b) acréscimo previsto no § 2.º do artigo 24;
 - c) juros vencidos sobre o ICM;
 - d) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo.
- III — crédito tributário correspondente a saldo devedor declarado em Guia de Informação e Apuração ainda não inscrito em dívida ativa do Estado
- a) ICM;
 - b) total da multa correspondente à infração;
 - c) juros vencidos sobre o ICM e multa.
- IV — créditos tributários discutidos em processo administrativo de ins-
trução contraditória, ainda não inscritos em dívida ativa do Estado:
- a) ICM;
 - b) total de multa correspondente à infração;
 - c) correção monetária do ICM até a data do termo de acordo;
 - d) juros vencidos e prefixados, sobre o ICM já corrigido e sobre o valor da multa;
 - e) eventuais acréscimos.

CAPÍTULO XVIII Das Disposições Gerais e Finais

Art. 61 — A partir da vigência desta Lei todas as infrações à legislação tributária do ICM serão apuradas de acordo com as normas processuais desta Lei e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorrerem as infrações.

Parágrafo único — As penalidades previstas nesta Lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na Lei vigente ao tempo da prática da infração (letra "c" do inciso II do artigo 106 do Código Tributário Nacional).

Art. 62 — Na denúncia espontânea efetivada a partir da data da vigência desta Lei, serão aplicados os acréscimos moratórios previstos no § 2.º do artigo 24.

Art. 63 — Fica o Secretário da Fazenda autorizado, na forma do disposto do inciso III, do artigo 172, do Código Tributário Nacional, a reter o crédito tributário inscrito em dívida ativa do Estado, cujo valor seja inferior à quantia correspondente a um maior salário mínimo vigente no Estado ao tempo do despacho relativo à remissão.

Parágrafo único — Compete à Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda organizar e encaminhar, à autoridade administrativa indicada neste artigo, a relação dos créditos tributários passíveis de remissão.

Art. 64 — Ficam aprovados e mantidos, até que revogados por ato da mesma ou de superior hierarquia ao da concessão ou declaração, ou, ainda até a expiração do prazo previsto, os benefícios fiscais não arrolados nesta Lei e vigentes na data da sua publicação e que com ela não se conflitem.

Art. 65 — Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente: a Lei n.º 5.463, de 31-12-66; os artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.493, de 31-01-67; a Lei n.º 5.498, de 02-02-67; a Lei n.º 5.566, de 08-06-67; o artigo 4.º da Lei n.º 5.716, de 01-12-67; a Lei n.º 5.730, de 31-01-68; o artigo 6.º da Lei n.º 5.762, de 02-05-68; a Lei n.º 5.772, de 15-05-68; a Lei n.º 5.794, de 12-06-68; a Lei n.º 5.834, de 29-08-68; a Lei n.º 5.891, de 13-12-68; a Lei n.º 5.927, de 25-4-69; a Lei n.º 5.950, de 02-06-69; a Lei n.º 6.014, de 29-09-69; a Lei n.º 6.076, de 24-02-70; a Lei n.º 6.105, de 01-06-70 e a Lei n.º 6.179, de 10-12-70.

Parágrafo único — Enquanto não forem expedidos os atos que possibilitem a aplicação dos dispositivos desta Lei que não sejam autoexecutáveis, ou enquanto a aplicação de tais dispositivos dependa de metódica implantação de novos órgãos, serviços ou rotinas administrativas, continuam em vigor as normas da legislação tributária anterior, compatíveis com este diploma e com as normas gerais de direito tributário.

Art. 66 — Esta Lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1973.

Sala das Comissões, em ... de dezembro de 1972.

aa) (assinatura ilegível) — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 35.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Cândido M. M. de Oliveira. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Alvaro Dias apresentou redação final aos seguintes processos:

— PROJETO DE LEI N.º 54-72 — de autoria do deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Planchita, Município de Santo Antônio do Sudoeste.

— PROJETO DE LEI N.º 95-72 — de autoria do deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública o Instituto Bíblico Batista A. B. Deter, desta Capital.

— PROJETO DE LEI N.º 143-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 39-72, encaminhando anteprojeto de lei que eleva a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das atuais pensões de que tratam as Leis nrs. 4.763, de 5-11-63 e 54-63, de 22-11-63, e dá outras providências.

— PROJETO DE LEI N.º 146-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 40-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa majorar para dois salários mínimos da Capital, a pensão mensal de Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Cel. Joaquim Antônio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado.

— PROJETO DE LEI N.º 175-72 — de autoria do deputado Cândido M. M. de Oliveira, que assegura o direito de lecionarem o mesmo número de aulas

extraordinárias no próximo ano letivo aos professores que no presente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861, de 5-7-69, e dá outras providências.

— PROJETO DE LEI N.º 177-72 — de autoria do deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Cel. Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira, de Foz do Iguaçu.

— PROJETO DE LEI N.º 187-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 51-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa abrir um crédito especial de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros), destinados à subscrição pelo Estado de ações no aumento de Capital da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás.

— PROJETO DE LEI N.º 189-72 — de autoria do deputado Emílio Carazai, que autoriza o Poder Executivo transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n.º 5.204, de 10-12-65, a sua filha Jacy Bacellar Giamberardino.

— PROJETO DE LEI N.º 198-72 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 58-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização ao Poder Executivo para oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica que couberam ao Estado, em garantia das obrigações que a Copel assumirá em empréstimo de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros). — APROVADAS.

Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Cândido Manuel Martins de Oliveira — Presidente.

a) Lélío Guimarães Sotó-Maior — Secretário.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 54-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado, constante de um lote de terreno, com 800m2 (oitocentos metros quadrados) de área e respectivo prédio, constituindo parte do imóvel Santo Antônio, localizado no Distrito de Planchita, Município de Santo Antônio do Sudoeste, inscrito no Registro de Imóveis do referido Município sob o n.º 995, onde funciona atualmente o Ginásio Rui Barbosa, mantido pela referida entidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 95-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Bíblico Batista A. B. Deter, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 143-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis nrs. 4.763, de 5 de novembro de 1963, e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a 4 (quatro) salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 146-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O valor da pensão mensal concedida a Hilda Miranda de Moraes Sarmento, viúva do Coronel Joaquim Antônio de Moraes Sarmento, Patrono da Polícia Militar do Estado do Paraná, fica elevado para o equivalente a dois salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 175-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aos professores que no corrente ano ministraram aulas com base no artigo 2.º do Decreto n.º 15.861, de 05 de julho de 1969, fica assegurado o direito de lecionarem, no mínimo, o mesmo número de aulas extraordinárias no próximo ano.

Art. 2.º — Aos professores de Ensino Superior que ministram aulas extraordinárias, contem, a qualquer título, 3 (três) anos ou mais de serviço e possuem habilitação, fica assegurado o direito de efetivação no nível inicial de carreira, caso, dentro de 1 (um) ano a partir da data da promulgação desta Lei, não se realize Concurso Público para preenchimento de vaga.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 177-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Coronel Emygdio de Paula, Comandante do 1.º Batalhão de Fronteira do Exército, de Foz do Iguaçu, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 187-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) destinado à subscrição de ações do Capital Social da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, na forma que abaixo especifica:

ÓRGÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DA FAZENDA — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

UNIDADE EXECUTORA: ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 — INVESTIMENTOS

4.1.5.0 — Participação em Construção ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas Cr\$ 5.400.000,00

Art. 2.º — Como recurso para a abertura do presente crédito especial o Poder Executivo poderá cancelar igual valor no Orçamento Geral do Estado aprovado pela Lei n.º 6.263, de 03-12-71.

Art. 3.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ações subscritas e integralizadas pelo Governo do Estado do Paraná no Capital Social da Petróleo Brasileiro S. A. — PETROBRÁS, até o limite de 10.000.000 (dez milhões) de ações.

Art. 4.º — Fica expressamente revogada a Lei n.º 5.393, de 02 de setembro de 1966.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 189-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir a pensão mensal concedida a Leonor Rauen Bacellar, pela Lei n.º 5.204, de 10-12-65, a sua filha viúva Jacy Bacellar Giamberardino, em virtude de seu falecimento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Santos Lima

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 198-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) em operação de empréstimo destinado à obtenção dos recursos necessários à aquisição do controle acionário e ao atendimento dos onus decorrentes da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná.

Parágrafo único — As quotas do imposto único a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuírem as obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo, em condições idênticas às previstas no artigo anterior, autorizado a oferecer as mesmas quotas do imposto único sobre energia elétrica em garantia dos saldos das dívidas em moeda nacional da Companhia Força e Luz do Paraná, que forem transferidos à COPEL em decorrência da aquisição do controle acionário e incorporação, até o limite de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 3.º — É ainda autorizado o Poder Executivo prestar a garantia do Tesouro do Estado à parcela das obrigações referidas nos arts. 1.º e 2.º, eventualmente não coberta pelas quotas do imposto único sobre energia elétrica.

Art. 4.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia do Tesouro Estadual, em substituição à que as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — ELETROBRÁS, tiver prestado, quanto aos saldos das dívidas da Companhia Força e Luz do Paraná, em moeda estrangeira, que serão transferidos à COPEL, até o limite equivalente a Cr\$ 70.688.764,00 (setenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro centavos), reajustável em função das taxas cambiais oficiais, até a liquidação final das referidas obrigações.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 5-12-72.

aa) Cândido M. M. de Oliveira — Presidente.

Alvaro Dias — Relator.

Santos Lima